

## EDITORIAL

É com renovada satisfação que a Revista da Faculdade de Direito da UFMG apresenta a sua 87ª edição. Mantendo-se fiel à sua vocação histórica de promover uma produção científica de excelência, este volume reafirma-se como espaço fértil para a difusão de conteúdo acadêmico voltado ao aprofundamento do debate jurídico. Em tempos de ciência aberta, vislumbramos a introdução de novos paradigmas na produção científica, baseados em vetores tecnológicos diferenciados, como suporte ao processo de construção dos saberes. Assim, buscamos contribuir com esse movimento, promovemos a divulgação de textos de alta qualidade técnica e de conteúdos que abrangem diversificados matizes.

Reunimos, neste número, uma variedade de reflexões e análises sobre questões cruciais que permeiam o cenário do direito contemporâneo, atravessando considerações de relevância histórica, social, econômica, filosófica e política, que incidem tanto no plano nacional quanto no âmbito internacional. Essa sortida análise de conteúdos jurídicos somente foi possível porque, com distinção e admiração, recebemos dos nossos colaboradores, razão pela qual, registramos os nossos mais sinceros agradecimentos a todas e todos esses autores e coautores que confiaram os frutos de suas investigações à nossa Revista. Estendemos ainda, com igual profundidade, nosso reconhecimento ao rigor, à diligência e à generosa dedicação de cada avaliador e de todos os membros de nossa equipe editorial, cuja atuação tornou possível a materialização exitosa deste volume.

Abrindo essa edição, o leitor encontrará o estudo de Direito Tributário intitulado “Base de Cálculo do ITBI: Princípios da Realidade e da Praticidade”, de autoria de Valéria Furlan (FDSBC). Nesse artigo, examina-se a persistente celeuma jurídica em torno da definição da base de cálculo do ITBI propondo, a autora, diretrizes que reforcem a justiça tributária — dentre elas, a valorização da presunção de veracidade das declarações prestadas pelo contribuinte.

No horizonte das discussões da área da economia, se encontra o artigo “Teoria da Firma e Economia de Plataforma”, de Marcia Carla Pereira Ribeiro (UFPR) e João Paulo Atilio Godri (PUCPR), que adentram a Nova Economia Institucional, demonstrando que, apesar da redução substancial de custos de transação pela Economia de Plataforma, a Teoria da Firma, enquanto mecanismo de governança, permanece como alternativa eficiente para a coordenação das atividades econômicas e para a mitigação desses custos.

No âmbito do Direito Penal, desdobram-se reflexões que atravessam os cenários nacional e internacional, conferindo maior densidade e riqueza ao conteúdo dessa esta edição. O artigo intitulado “A Pauta Anticorrupção na OEA e o Fundamento de Internacionalização do Direito Penal”, de autoria de Ana Julia Pozzi Arruda (UNESP) e Fernando Andrade Fernandes (UNESP), analisa as iniciativas da OEA, tomando a Convenção Interamericana contra a Corrupção como paradigma para compreender o processo de internacionalização das obrigações jurídico-penais. Os autores, de modo acurado, sublinham que a necessária ponderação entre universalismo e soberania constitui elemento central para a salvaguarda das bases axiológicas do Estado Democrático de Direito.

Por outro lado, na dimensão interna do Direito Penal Brasileiro, Heraldo Elias Montarroyos (UNIFESSPA), em seu artigo “Tribunal do Júri: Três Problemas Empíricos à Luz das Sociedades Democrática e Informacional”, estuda sobre a relevância do Tribunal do Júri, defendendo sua permanência institucional ao mesmo tempo que propõe estratégias corretivas para enfrentar desafios práticos recorrentes — entre eles, a “cegueira antidemocrática do sorteio” e o limitado domínio jurídico por parte dos jurados — a fim de aprimorar a qualidade da informação processual.

Dando continuidade à variedade temática desta edição, apresenta-se o artigo no campo do Direito do Trabalho intitulado “A 5ª Revolução Industrial e os Direitos da Personalidade: A Insegurança Jurídica nas Relações de Trabalho”, de Sandra Morais de Brito Costa (FADISP) e Beatriz Cardoso Montanhana (UNOESC). No referido artigo, as autoras investigam a respeito dos impactos da crescente integração entre trabalhadores e sistemas inteligentes, sobre a tutela dos direitos da personalidade. O estudo demonstra que tal cenário, marcado pela ampliação das capacidades ‘maquínicas’ e pelo emprego de técnicas de ‘biopoder’, exige a formulação de novos marcos normativos aptos a assegurar a proteção efetiva dos direitos fundamentais nas relações laborais contemporâneas.

Por sua vez, o Direito Civil vem contemplado com uma reflexão atual e sensível sobre as relações de família e sucessões. No artigo “Reprodução Assistida Post Mortem e Seus Reflexos no Direito de Filiação e Sucessório” a autora, Edwirges Elaine Rodrigues (CEUCLAR), investiga quanto aos desafios jurídicos decorrentes da reprodução assistida *post mortem*, destacando, sobretudo, a lacuna normativa existente no ordenamento jurídico brasileiro e suas implicações para a definição da filiação e para a ordem sucessória.

No contexto do Direito Processual Civil, essa edição traz o artigo de Joseli Lima Magalhães (UFPI) que enriquece o debate histórico sobre a formação e a aplicação das normas processuais. Como se observará no decurso da leitura, o artigo “A História da Formação das Leis Processuais Civis Brasileiras: do Brasil Império à Entrada em Vigor do CPC de 1939 e suas Contribuições e Conexões com o CPC de 2015” revisa a trajetória histórica da codificação processual civil, destacando seus marcos formativos e suas conexões com o Código de Processo Civil em vigor.

Na esfera da Filosofia Jurídica, Francisco Eliandro Souza do Nascimento e Thales Cavalcante Linhares (UNINTA) apresentam o artigo “A Legitimidade do Campo Jurídico na Antiguidade Grega: da Moral à Liberdade dos Antigos”, no qual exploram a transformação dos fundamentos da moral e da legitimidade na Grécia Antiga, especialmente a partir do surgimento da filosofia e da pólis como espaço efetivador da liberdade e da ação política.

Na seara do Direito Digital, Thiago Oliveira da Silva Novaes (UFC) e Otávio Morato de Andrade (UFMG) contribuem com o estudo sobre as “Máquinas Abertas e Rizomáticas: Reflexões sobre o *Software Livre/Open-Source*”, discutindo o modelo FLOSS à luz dos conceitos de rizoma e máquina aberta, destacando seu potencial para promover transparência, interoperabilidade e circulação ampliada do conhecimento técnico.

Sob a perspectiva do Direito à Inclusão, os autores Hênny Hytallus da Silva Andrade e Fabiana Rodrigues Barletta (UFRJ) apresentam o artigo intitulado “O Direito à Informação como Instrumento de Combate ao Capacitismo em um Contexto Democrático e Plural”, no qual investigam o papel do direito à informação no enfrentamento das práticas capacitistas e na efetivação dos direitos fundamentais.

Na seção dedicada às contribuições estrangeiras, esta edição compartilha três diferentes estudos, que ampliam o diálogo na esfera internacional, sobre aspectos do direito comparado, direito processual civil, direito ambiental e tecnologia. Em “Aspectos Relevantes sobre o Sistema de Precedentes da Espanha em um Direito Comparado”, o autor argentino Gabriel Ignacio Anitua (*Universidad de Buenos Aires*), juntamente com os autores brasileiros Ricardo T. P. Genelhú (FUCEPE) e Marlon Amaral Húngaro (UERJ), estudam sobre os fundamentos legislativos e as práticas jurisprudenciais que estruturam os sistemas espanhol e brasileiro de precedentes vinculantes, estabelecendo paralelos e contextualizando os debates em ambos os países.

Além disso, no artigo intitulado “Os Desafios Jurídicos da Proteção Internacional da Biodiversidade diante da Crise Climática”, Bernardo Mageste Castelar Campos (*Università degli Studi di Milano-Bicocca*) analisa as tensões que a crise climática impõe ao regime jurídico internacional da biodiversidade, destacando a necessidade de interpretações sistêmicas e dinâmicas dos tratados ambientais, para garantir respostas mais coerentes e adaptativas.

Em sequência, no texto “Justicia Digital en el Sur Global y Europa: Neutralidad Tecnológica, Desigualdad y Gobernanza Democrática con Miradas para Chile”, os autores Isnel Martínez Montenegro, Víctor Antonio Navarrete Acuña e Víctor Antonio Navarrete Acuña (Universidad Católica de Temuco) examinam, criticamente, a ideia de neutralidade tecnológica no âmbito da justiça digital, contrapondo modelos regulatórios europeus e latino-americanos e propondo um paradigma de governança democrática capaz de enfrentar desigualdades estruturais e promover sistemas judiciais mais inclusivos e transparentes.

Na seção de Memória Histórica, João Alberto de Almeida (UFMG) apresenta o artigo intitulado “Considerações a Respeito do Recrutamento e da Formação de Magistrados em Portugal”. O estudo delinea, a partir da atuação do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), os contornos do modelo português de ingresso na magistratura e de sua formação inicial e contínua.

No epílogo destas palavras, cumpre-nos reiterar nossos mais profundos agradecimentos a todos os pesquisadores, autores, avaliadores e demais colaboradores que possibilitaram a realização desta nova edição da Revista da Faculdade de Direito da UFMG. A cada um deles dirigimos o nosso reconhecimento por sua dedicação intelectual, generosidade acadêmica e compromisso com o desenvolvimento científico-jurídico de excelência que compõem e orientam esta publicação.

Formulamos, igualmente, os nossos votos de que a apreciação dos estudos ora apresentados proporcione aos leitores uma experiência simultaneamente agradável, instigante e enriquecedora. Que esta edição, em sua pluralidade temática e rigorosa construção, inspire novas reflexões, estimule diálogos e continue a fortalecer a comunidade acadêmica que se forma em torno desta revista!

PROFA. TEREZA CRISTINA SORICE BARACHO THIBAU  
DIRETORA-EDITORA

PROF. LUCAS CARLOS LIMA  
DIRETOR-ADJUNTO